

**ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004**

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----

-----**REUNIÃO 30 DE ABRIL DE 2004**-----

-----**ACTA NÚMERO SEIS / DOIS MIL E QUATRO**-----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** – Paulo Pereira Rodrigues;-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Carlos João F. Pereira da Fonseca (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); M.<sup>a</sup> Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira(CDU); Victor Manuel Ferreira Fonseca (PS); João António Ricardo Mateus (BP); José Alexandre Fonseca (BP); Mário Gomes Morgado (CDU); João Manuel Cordeiro Alves (CDS/PP); Paulo Pereira Rodrigues (PSD); Carlos Fernando Faria Duarte (PSD); Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD) ; Susana Paula Geraldês Trindade Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (BP); José Manuel Gonçalves Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marcos Henriques (BP).-----

-----Faltou a esta reunião o senhor Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP);----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, Vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, vereadores António José Silva Faustino, Manuel Quintino Filipe Silva, Luís Alberto Camilo Duarte, Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe de Divisão Financeira Regina Paula Aires, a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, a Técnica Superior Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Tabora Ferreira.-----

-----Pelas 21.40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu no Auditório Municipal do Bombarral.-----

-----**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS:** O senhor Mário Morgado (CDU) disse que no passado dia 23, ouviram com atenção a senhora Chefe da Divisão Financeira, que retratou o que está contido no relatório e documentos de prestação de contas. É absolutamente fantástico como ao pior ano de gestão deste município se consegue fazer corresponder o melhor relatório e a melhor demonstração de resultados. Os documentos têm uma boa apresentação gráfica, mas escondem de forma manipulada o que de pior aconteceu no Bombarral. Deu os parabéns à senhora Chefe de Divisão Financeira que conseguiu demonstrar que tudo vai bem no reino do Bombarral. Enaltece-se de forma despropositada a receita mas estes documentos têm como base valores de 2002. Ao não ter sido aprovado o orçamento para 2003, foi o mesmo modificado ao belo prazer e mesmo assim a execução é apenas  $\frac{3}{4}$  do previsto. O que aconteceria se estes quadros reflectissem as dividas que o município tem e o tempo que leva a pagar? Será que os gráficos ficariam com a mesma cor? Quanto ao

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

nível de execução das grandes opções do plano não é possível fazer manipulação por ser por demais evidente. O senhor Presidente da Câmara continua a achar que andam todos com o passo trocado e só ele é que está certo. Questionou o que será pior na vida de um município do que não ter plano e orçamento aprovados. De acordo com os responsáveis da Câmara estes documentos não passam de meros documentos financeiros. O que será pior do que chegar a Dezembro e não ter dinheiro para os ordenados? O que será pior do que chegar ao ponto de não ter crédito para trocar lâmpadas e pagar o gasóleo? Reafirmam o estatuto de oposição e também reafirmam que em nada se regozijam com a situação. Desejam que a gestão seja o êxito que todos anseiam e para isso podem contar com o seu contributo, mas é necessário também que o senhor Presidente da Câmara mude de estratégia e trabalhe de frente para a Assembleia Municipal e respectivas comissões, tornando todos os actos transparentes. -----

-----A senhora D. Marlene Veloso (BP) declarou que “Na passada sexta-feira, assistimos, nesta assembleia a uma coisa que, até aqui, achávamos impensável. A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira substituiu o Presidente da Câmara na apresentação do Relatório e Contas da Gestão relativa ao exercício de 2003 !!! O Presidente não a chamou para prestar quaisquer esclarecimentos de ordem técnica (razão de ser da sua presença na assembleia) mas antes para fazer perante a Assembleia a defesa da gestão municipal durante o ano de 2003. A senhora Chefe de Divisão apresentou os números e daí, perante uma assembleia estupefacta, partiu para a defesa da gestão utilizando os mais diversos qualificativos, comparando-os com médias nacionais e lançando expectativas para o futuro. O Presidente da Câmara, apesar de convidado para o fazer pela Mesa, nada mais acrescentou. Ficou pois, desta forma *sui generis*, apresentado o documento que constitui o verdadeiro balanço político da gestão camarária. A assembleia municipal é um órgão autárquico, deliberativo, de forte pendor político e representa os munícipes na fiscalização e controlo da gestão autárquica. Não é uma mera comissão revisora de contas que se limite a emitir Parecer sobre se as contas estão ou não formalmente correctas e bem apresentadas. Quem tem que apresentar contas da sua gestão ao Povo, através do órgão autárquico que o representa, é o Presidente da Câmara e não um funcionário da edilidade. A não ser que a Câmara Municipal do Bombarral esteja em auto gestão ou que tenha havido um verdadeiro golpe de Estado na autarquia e os funcionários tenham tomado o Poder.” ---

-----A senhora D. Susana Manco (PS) considerou que as contas hoje apresentadas espelham o resultado de vários anos de gestão PSD. Não interessam só os números mas também o que eles representam. Na Câmara Municipal de Bombarral representam muito pouco. É a conclusão da aplicação do II QCA que o diz. A percentagem de investimento que coube ao Bombarral foi 4% - a menor da região Oeste. Lourinhã (6%), Óbidos (6%), Caldas da Rainha (13%) e Torres Vedras (14%). O Bombarral consegue ainda ficar na cauda do pelotão porque foi o concelho que menos projectos entregou para participação. A Câmara entregou apenas 6 projectos, enquanto Caldas da Rainha entregou 16, Torres Vedras 28 e Cadaval 13. É uma questão de querer e vontade. Gostava que o senhor Presidente da Câmara explicasse

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

como é que o plano estratégico do Bombarral custa 10 vezes mais do que os do Cadaval e Azambuja e 5 vezes mais do que os de Rio Maior e Montijo. Contra factos não há argumentos. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara que justifique estas diferenças porque ou o Bombarral é uma cidade que não vem nos mapas, ou então enganou-se nos números.-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que o plano e orçamento de 2003 não tiveram o aval da Assembleia Municipal e isso era motivo suficiente para a Câmara cair. Foram o PSD e o PS que sustentaram esta situação e o que está hoje em causa é a gestão do PSD acoplado ao PS, porque a Assembleia Municipal não aprovou este orçamento. Esta situação é tão grave que até o Presidente da Câmara teve vergonha da apresentar e deixou que fosse a técnica a fazer aquilo que lhe competia a ele. O Bombarral Primeiro vai pedir uma auditoria à Câmara Municipal para se demonstrar o que se passou neste ano. Não aprovaram o orçamento de 2003 pelo que não os podem obrigar a analisar contas incorrectas. É uma gestão unicamente camarária.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que considerando as intervenções feitas, efectivamente não se pretende fazer qualquer manipulação das contas de 2003. Os documentos distribuídos demonstram o que realmente se passou em termos de contabilidade municipal, pelo que não esperava ouvir as palavras que tem ouvido. Lembrou que o que está em causa é o relatório e contas de 2003. A Assembleia Municipal tem o poder fiscalizador, mas no que concerne às contas, após a aprovação das mesmas pela Câmara, o que a Assembleia faz é uma apreciação política. No Portugal plural em que vivemos, e tão perto das comemorações dos 30 anos do 25 de Abril, um dos valores mais altos da revolução dos cravos, foi a liberdade de expressão e o sentido crítico em relação aqueles a quem, pelo voto, foi confiada a governação. Tendo em conta a delicadeza do exercício de 2003, não vai iludir a dificuldade de acção. Nunca esteve em causa a dificuldade em mudar lâmpadas, apesar de haver alguns problemas orçamentais de cabimentação. Lembrou que aquando da apresentação da primeira proposta de revisão orçamental, havia cerca de 300.000 contos em caixa e foi isso que permitiu o pagamento a fornecedores. A dívida apresenta os valores mais baixos desde que é Presidente de Câmara. O sentido da confiança de que a autarquia goza junto dos fornecedores não desmerece a de anos anteriores. Solicitou à senhora Chefe de Divisão que apresentasse as contas e não que fizesse a defesa das mesmas. Não tem necessidade de efectuar um esforço suplementar para demonstrar aquilo que está no relatório. Quanto à intervenção das D. Susana Manco, disse poder exhibir os relatórios da actividade municipal onde se pode verificar que o Bombarral foi das primeiras autarquias a executar 100% do previsto. Quanto ao custo do plano estratégico disse julgar que deve haver um erro nos elementos mencionados porque o mesmo custou 6.500 contos.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) deu os parabéns ao responsável pelo grafismo dos documentos apresentados. Sugeriu à senhora deputada Susana Manco que faça uma comparação dos custos da revisão do PDM e talvez chegue também a conclusões brilhantes. Quanto às dívidas a restaurantes surge um valor de € 13.500 que lhe parece elevado, sugerindo que as pessoas passem a almoçar e jantar

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

em casa a expensas próprias. Outro aspecto prende-se com a avaliação do imobiliário, surpreendendo-o o valor atribuído ao terreno do kartódromo que lhe parece excessivamente sobreavaliado porque devia ter sido levado em conta o protocolo existente com a KIRO e que tem a validade de 60 anos. Esta situação conduz a uma avaliação com valores próximos do agro-florestal e tem consequências nas contas do município. Também no caso das azenhas continua a achar o valor excessivamente alto. Lembrou que há mais de um ano que continua à espera de uma resposta sobre a variante à zona desportiva – 2.ª fase. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse estar cada vez mais estupefacto com as respostas do senhor Presidente da Câmara. O relatório lido pela senhora Chefe de Divisão Financeira está unicamente assinado pelo senhor Presidente da Câmara e é da sua competência não devendo ser defendido por terceiros. É lógico que os números são manipulados porque estão influenciados pelo inventário patrimonial feito. Não se pode vir atirar areia para os olhos das pessoas. Quem deve apresentar o relatório é o Presidente da Câmara. O Bombarral Primeiro está extremamente indignado. Quanto às reconciliações bancárias referiu a existência de contas não reconciliadas e contas com diferenças elevadas e não justificadas. Considerou esta situação inacreditável. Não se podem apresentar contas desta maneira. Fica estupefacto com esta situação. É uma situação gravíssima. O BP vai denunciar junto das entidades judiciais competentes as discrepâncias existentes nas reconciliações bancárias, tendente à realização de uma auditoria a esta autarquia. -----

-----O senhor António Timóteo (CDU) chamou a atenção para uma falha existente na acta de avaliação de edifícios que é a falta da metragem de diversos prédios. --- -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse que os valores que apresentou respeitantes ao plano estratégico constam do relatório de execução final do II QCA da região de Lisboa e Vale do Tejo. A justificação dada dos valores do II QCA diz que há Câmaras mais pequenas e com menos dinheiro que conseguiram aprovar mais projectos, ainda que com médias iguais à nossa. Estão a aferir a boa qualidade da gestão. São trazidos documentos que em nada são rigorosos. O senhor Presidente da Câmara sabe que a Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento, que emana desta Assembleia Municipal, na reunião de 18 de Março, teve acesso a documentos que revelam que as contas não vão bem e não são rigorosas. Nessa reunião a senhora Chefe de Divisão Financeira esclareceu sobre a responsabilidade do vereador pelos valores que apresenta. Na passada semana viram no jornal Notícias do Bombarral um artigo que diz que a proposta foi para a Divisão Financeira que analisou e como estava tudo em conformidade autorizou a despesa. Pergunta como e aonde está a alteração orçamental que vem na comunicação social? Onde está a autorização da Divisão Financeira? O que foi dito na comissão do orçamento não foi nada disto. O senhor Presidente da Câmara tem de esclarecer o que se está a passar. Como é possível haver pagamento de despesas de um evento com dinheiro aprovado para pagamento de outras despesas e depois vir no relatório tal como estava no orçamento. O PSD também pediu o comprovativo das despesas efectuadas no tempo da gestão

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

socialista mas isso não os intimida. Têm obrigação de fiscalizar e não estão sujeitos a qualquer tipo de pressão. Os responsáveis camarários têm de cumprir com as suas responsabilidades. Gostaria de não sair daqui hoje sem saber como se apresenta um relatório que espelha mentiras. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que o conteúdo económico consta das contas. Quanto à avaliação do património a mesma foi efectuada de acordo com os critérios estabelecidos. Quanto às questões referidas pelo senhor Fernando Venâncio, o momento de intervenção da senhora Chefe de Divisão não foi outro que não o de procurar explicitar o relatório e contas. -----

-----A senhora Chefe de Divisão Financeira disse que as diferenças existentes nas reconciliações bancárias, deve-se a haver algumas diferenças ainda não explanadas. O dinheiro não desapareceu e até 15 de Maio pensa ter a situação terminada. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse ter tomado nota da observação feita pelo senhor António Timóteo sobre as falhas na acta de avaliação. Quanto ao conteúdo do artigo saído na imprensa disse que não promoverá comparações. De facto apenas fez despachos a autorizar despesas para satisfação de responsabilidades, não tendo novas explicações para o fenómeno referido. O Presidente da Câmara não tem qualquer acção em termos de elaboração dos documentos. A subscrição dos documentos de autorização de despesa por si corresponde ao teor dos documentos que do ponto de vista técnico são elaborados pelos serviços da Divisão Financeira. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse não precisar que lhe recordem os 30 anos do 25 de Abril porque os viveu intensamente. Fica muito contente por verificar que a 31.12.2003 não era possível justificar as diferenças nas contas bancárias, mas que tal já vai ser possível a 15.05.2004, que é um sábado. Tem que se falar com clareza. Lembrou que a zona onde era o pólo de comércio e serviços passou a parque desportivo sem intervenção da Assembleia Municipal. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que cada vez fica mais estupefacto. A senhora Chefe de Divisão Financeira disse que entregou contas não reconciliadas porque não era possível entregá-las de outra forma. A Câmara Municipal do Bombarral movimenta milhões e tem as reconciliações das contas bancárias atrasadas 5 meses. Isto é uma falha incrível. Como é que o senhor Presidente da Câmara pode saber que dinheiro tem se tem as contas atrasadas? Se uma empresa funcionasse assim já tinha fechado. Isto é inqualificável. Quanto ao património, disse que todo o património é vendável, mas não sabe se a Câmara algum dia venderá o Palácio Gorjão ou os Paços do Município. Se a Câmara tem tanto porque não se faz obra? Porque se veio reclamar que era necessário um empréstimo para se poder fazer obras, quando a Câmara tem boa saúde financeira? Pensa que esta será a melhor Câmara do País. 784% de autonomia financeira é algo que nunca viu. Acha que está tudo fora do sério. A dívida tem um nível extraordinário, na medida em que as realizações orçamentais dão um excedente de € 355.000 e a dívida baixou € 2.000.000. Qualquer auditoria ficava maravilhada com estas contas. Quer ser sério e não aceita respostas menos sérias. ---

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que tem algum fair play e procura ser frio nas respostas. Quanto ao empréstimo disse ter sempre feito as justificações no momento em que apresentou as propostas à Assembleia Municipal e procurará trazer sempre os melhores elementos. Quanto à dívida referida, uma das razões do seu realce tem a ver com o esforço feito no pagamento a fornecedores nos últimos dias do ano.-----

-----O senhor António Timóteo (CDU) declarou que “esta conta de gerência vem muito bem apresentada do ponto de vista formal. Esta afirmação só não é um elogio porque, quanto ao conteúdo, seríamos levados, numa primeira análise, a pensar que o relatório não dizia respeito a este município, tendo em conta a saúde financeira que ele quer fazer transparecer. Dá para pensar! Qual é, de facto, a situação verídica. Esta que aqui está expressa, ou aquela que conhecemos do final do ano passado, em que não havia lâmpadas, óleo para os carros, papel higiénico, salários para os trabalhadores nem obra efectivamente realizada. Dá para nos perguntarmos, assim com tão bons resultados, como foi possível durante todo o ano, termos feito avaliações tão negativas do trabalho deste executivo. Continuamos a pensar que não estamos esclerosados, já que são as premissas de que parte este relatório que não são as mais correctas, nem as efectivamente objectivas. Inserir os grandes montantes do activo imobilizado influencia e escamoteia a verdade deste relatório. Não é através da gestão do que foi a receita e despesa corrente que se consegue ter a real visão da situação financeira da autarquia. É através da obra feita que podemos chegar a conclusões quanto aos índices de realização e a conclusão a que chegamos é que esta não atinge valores minimamente aceitáveis. Isto, para já não considerar que a situação sui generis que vivemos em 2003 foi fruto da vontade do executivo PSD, que assim ignorou a opinião expressa nesta assembleia quanto às principais prioridades que deviam nortear o Plano de Actividades e respectivo Orçamento. A área de actividades económicas foi abandonada e avançou-se, de facto, com a zona desportiva do Falcão. Pelo que foi expresso, não podemos senão, coerentemente, reprovar este relatório e respectiva conta de gerência de 2003.”-----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse que o senhor Presidente da Câmara foi democraticamente eleito presidente dos bombarralenses, mas não queria acreditar no que ouviu hoje enquanto gestor, porque admitiu que não sabia se tem ou não saldo para pagar contas e depois admitiu que também não sabe como é possível na Câmara que gere, que as contas de uma rubrica sejam pagas por outra. Isto fere a regra da transparência e rigor da coisa pública. Isto retira qualquer credibilidade à Câmara PSD para gerir o erário público. Têm pedido ao senhor Presidente da Câmara para diminuir a despesa corrente, mas esta tem aumentado. Viu no jornal de Leiria avisos para a contratação de mais duas pessoas para esta autarquia. A receita aumentou 4%. AO nível da realização a Câmara teve uma média negativa de 47%. Apenas 22% foram realizados com receita própria. Isto também os surpreende. Se a Câmara tem dinheiro porque se endivida cada vez mais? Esta gestão está a levar o Bombarral a uma regressão. O investimento caiu 14%. Sabem que a queda do investimento próprio não nos leva a lado nenhum. Seria bom que se investisse toda a verba existente na Câmara

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

Municipal. Os maus exemplos do governo não são para seguir. Os números apresentados não traduzem uma melhoria na qualidade de vida. Analisando os resultados de 2003 com as médias nacionais, parece que a Câmara Municipal do Bombarral está com uma saúde fora de recomendação. A realidade é esta e vêem-na todos os dias nas ruas que estão desertas e onde o potencial jovem foge para outros concelhos. Qual a estratégia desta Câmara para fixar jovens e empresas? Zero, porque nem pode oferecer uma zona industrial. Só falta dizer que a Câmara se regozija por fazer parte das zonas economicamente deprimidas. O PS não pode aprovar resultados negativos, quando aparecem 0,014% nalgumas rubricas, ou quando a Câmara apenas realiza por si própria 22% do que se propõe realizar. O senhor Presidente da Câmara promete mas não cumpre. O desempenho do PSD tem sido simplesmente negativo.----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) lembrou que na passada sexta-feira o senhor Presidente disse que não sabia como ia substituir o senhor eng. Mil-Homens, mas na segunda-feira vieram dois técnicos transferidos do município de Alenquer. No relatório é dito que o investimento tem vindo a aumentar, quando caiu € 700.000 em relação a 2001. O total do relatório de gestão é de € 5.427,683,90, quando nos fluxos de caixa a mesma receita é de € 5.388.491,98. Nas receitas de capital o valor é de € 2.436.991,01, enquanto que nos fluxos de caixa é de € 2.476.183,01. Considera haver aqui uma inversão de valores. -----

-----A senhora D. Lúcia Poseiro (PSD) declarou que “O artigo publicado no Jornal de Notícias do dia 30.04.2004, constitui uma clara e grave manipulação e deturpação de factos e frases. É grave que mais uma vez documentos internos da autarquia apareçam nas mãos de jornalistas, com a agravante de que apenas se entrega um dos documentos e se mente, deliberadamente, quanto à natureza do mesmo. Com que intenção? Certamente que a única intenção será a de atacar o Festival do Vinho e a própria imagem do concelho. O desespero do Partido Socialista por ver que ainda não é desta que irá ganhar a Câmara do Bombarral, não os deve levar a entrar pelo campo da manipulação de jornalistas e da criação artificial de factos. No entanto, era bom o senhor Presidente da Mesa da Assembleia tomar medidas tendentes ao apuramento de responsabilidades porque estamos perante comportamentos graves. Os documentos a serem entregues, devem-no ser por vias oficiais não através da “porta do cavalo”. A ser assim molda-se a informação de acordo com os interesses do momento. Ilegalidades nas contas da autarquia? O desconhecimento da lei demonstrado por quem é responsável por esta fuga de informação é confrangedor. Começamos a achar que o senhor Presidente da Mesa da Assembleia tinha razão quando disse que esta assembleia precisava de lições de direito. Com que intenções apenas se dá aos jornalistas as pré-requisições e se mente deliberadamente quanto à natureza das mesmas? Ou será que quem teve este gravíssimo comportamento não sabe que o documento pelo qual são autorizadas as despesas é a requisição? Ou será que aí já não convém ter a informação? A obsessão contra o Festival do Vinho está a extravasar todos os limites. Não ouviram o senhor Presidente da Câmara dizer em 28.11.2003, nesta mesma sala, que tinha mandado cabimentar na rubrica do seu vencimento os pagamentos a prestadores de serviços? Porque é que aí não se manifestaram quanto a

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

“ilegalidades”? Porque é que não parecem muito interessados nas questões que foram suscitadas na reunião da comissão do orçamento (MARL, Feira Nacional da Pêra Rocha...) e só se preocupam com o Festival do Vinho? Se calhar porque a única preocupação é pôr em causa o Festival do Vinho e quem é responsável pelo mesmo. Se não querem que haja Festival do Vinho digam-no claramente, agora não vamos manipular factos e declarações, porque isso sim é que é muito grave. Quanto ao concerto de Natal de 2003, ou andam muito distraídos ou então tinham obrigação de saber que houve um concerto de Natal com a participação do In Vita Musica e de um coro da Catalunha. Só por manifesta má-fé se pode dizer à jornalista que foram pagas despesas de um concerto que não se realizou. Isto é grave. A assinatura do vice-presidente apenas consta da pré-requisição e não das requisições. Uma pré-requisição é apenas um documento auxiliar interno de suporte. O único documento pelo qual as despesas podem ser autorizadas é a requisição e estas estão subscritas pela Divisão Financeira e autorizadas pelo Presidente da Câmara. Sabem disto mas não lhes interessa dar informações verdadeiras à comunicação social. Dois exemplos da manipulação dos factos estão nas declarações imputadas à senhora Chefe da Divisão Financeira: Ela disse que “se houver uma inspecção alguém terá de justificar porque não houve uma alteração orçamental prévia, a não ser que circunstâncias especiais o exijam” e isto é substancialmente diferente do que foi dito à imprensa. Disse também que “que a contabilidade analítica não foi implementada o ano passado. A despesa com pessoal deverá ser a única não cabimentada no Festival do Vinho. Todas as outras despesas têm de ser imputadas ao Festival do Vinho para se poder ter um conhecimento dos custos do mesmo. O que poderá ficar de fora são os vencimentos e as horas extraordinárias.” A Chefe de Divisão falou no geral em relação à contabilidade analítica. Mais uma vez se esforçam por deturpar o que foi dito ou então estão com dificuldades de compreensão. Quando é que a senhora Chefe de Divisão disse que “não houve uma gestão criteriosa das rubricas” ou que “não há contabilidade analítica porque o vereador responsável pelo pelouro não quer” já que “ele tem acesso às horas extraordinárias das pessoas”. Alguém que tenha estado na reunião da comissão se lembra disto? Estamos perante uma pequena deficiência contabilista e estão a tentar pôr o assunto ao nível de uma ilegalidade. Vamos ser sérios. Isto não é um jardim de infância é uma assembleia municipal e tratam-se aqui de questões importantes. Comportamentos tão graves como o de quem manipulou e deturpou a informação e fez sair documentos internos da autarquia não podem ficar impunes. Se calhar quem vota propostas das quais vêm a tirar lucro financeiro é que deveria estar preocupado com as ilegalidades que pode ter cometido. Se querem ganhar a Câmara deixem-se de fait-divers e trabalhem com seriedade para que os bombarralenses acreditem em vós. E não vale dizer que sabem a solução dos problemas mas não dizem.” -----  
-----Colocados à votação os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Bombarral respeitantes ao ano de 2003, foram os mesmos reprovados, com 16 votos de reprovação (8 do BP, 5 do PS, 1 do CDS/PP e 2 da CDU) e 9 votos de aprovação (9 do PSD). -----  
-----INTERRUPÇÃO: Pelas 23.10 horas foi a sessão interrompida por 3 minutos.



## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

-----Pelas 23.20 horas foi a sessão reatada com a presença de todos os membros do executivo. -----

-----**PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO:** Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que esta revisão tem a ver com a resolução da questão da HOSPIARTE e porque tendo sido aprovada uma candidatura da Rota dos Museus do Oeste houve necessidade de introduzir essa nova receita. Acrescentou à revisão o sistema de telegestão, parque infantil e ar condicionado para o auditório. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que em primeira instância não têm nada contra a proposta apresentada, mas o Bombarral Primeiro está cá para fiscalizar a execução do orçamento.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo questionou sobre quais são os parques infantis.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que não basta terem os documentos presentes, é necessário também para a credibilidade das propostas, que eles venham rigorosamente preenchidos. No caso presente, duas das três páginas têm erros de soma na dotação corrigida. Questionou porque razão tem de o custo de aquisição do terreno ser o mencionado. A Câmara Municipal pretende vender os lotes da Hospiarte, mas estes ainda não lhe pertencem, porque são propriedade da referida firma, mas curiosamente já estão a ser ocupados. Era conveniente esclarecer a Assembleia Municipal sobre os acordos que estão subjacentes a esta proposta. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse que a sua questão se prende com a aquisição do lote de terreno para transferência da Hospiarte. Gostava que o senhor Presidente da Câmara informasse detalhadamente como vai ser feito este processo. Solicitou igualmente informação sobre quem fez a avaliação dos lotes. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que vai haver necessidade de melhorar os parques infantis. Desde que os responsáveis da HOSPIARTE deram conhecimento do projecto de desenvolvimento do exercício, mostrou-se disponível para colaborar na solução, encontrando um espaço maior. Entretanto surgiu a possibilidade da Câmara Municipal adquirir uma propriedade sita no Casal do Rosário com cerca de 10.500 m<sup>2</sup> onde será possível proceder à instalação das naves da empresa. Ir-se-á fazer a permuta cedendo a Câmara o prédio rústico e recebendo da Hospiarte os lotes 8 e 10 da zona industrial, que depois serão colocados em hasta pública, o que irá depender da apreciação da própria Câmara. O custo de aquisição proposto é o valor de compra e quanto aos lotes 8 e 10 é o valor inserto no inventário da Câmara. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse não ter percebido quem avaliou os terrenos que a Câmara vai comprar. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que € 90.000 é o custo da propriedade rústica que a Câmara vai adquirir e é o valor comercial acordado entre a Câmara e quem vendeu. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que o Bombarral Primeiro tem toda a abertura e boa vontade de votar a favor. Pensa que toda esta discussão teria sido abreviada e os documentos fossem mais bem elaborados. Em relação à despesa crê

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

que o senhor Presidente da Câmara devia ter elaborado melhor o documento porque foi agora mais avançado do que costuma ser. Devia ser melhor explanada a questão dos parques infantis.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) lembrou que não foi dada explicação sobre as anomalias no preenchimento dos mapas. Entendeu perfeitamente a permuta que irá ser efectuada, só não entende que tipo de venda se vai fazer de um lote que já está em construção. O senhor Presidente da Câmara sabe que a venda já está feita. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que em determinado momento quando a empresa Pombo & Ferreira (agora VIAPETRO) solicitou autorização para colocar num dos lotes, depósitos para recolha de óleos e outros produtos, a Câmara deu o seu acordo. A Hospiarte nunca deu consentimento por escrito, mas tinha conhecimento tácito da situação. Não há nenhum documento apresentado pela VIAPETRO porque a Câmara deu autorização a título precário. Quando chegar o momento oportuno o empresário terá de adquirir o lote em hasta pública.-----

-----O senhor João Manuel Alves (CDS/PP) disse que o CDS/PP toma posições com fundamentos e critérios consistentes e portanto vão votar favoravelmente porque se enquadra na melhoria e salvaguarda dos interesses dos bombarralenses e assim poder-se-á pôr ponto final nas dúvidas sobre o processo da Hospiarte. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) considerou que esta solução não é a que desejariam. O senhor Presidente da Câmara corre o risco de abrir um precedente. Lembrou que existe uma zona industrial que nem passa do papel. O Bombarral não tem zonas industriais para oferecer e não é solução comprar terrenos ao preço que se consegue negociar. Esta Câmara Municipal continua a adiar problemas e a resolvê-los em cima do joelho. Há anos que devia existir uma verdadeira zona industrial. Uma vez que os terrenos em causa são agro-florestais, pergunta como se vai passar a utilização dos mesmos para industrial.-----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que com a explicação do senhor Presidente da Câmara ficou a saber que aquilo que se vai processar é uma falsa hasta pública. A CDU está deveras empenhada em que este assunto seja resolvido a contento quer da Câmara, quer da HOSPIARTE. Questionou como é que este processo poderá ser pacífico, uma vez que a HOSPIARTE colocou um processo em tribunal por causa da ocupação do terreno. Em relação à possibilidade de gestão das áreas agro-florestais a CDU sempre colocou a questão da necessidade de existência de uma verdadeira zona industrial. Agora é a HOSPIARTE que se vai instalar junto do Casal Rosário, amanhã é outra empresa que se irá instalar noutra zona agro-florestal e assim fica desordenada a utilização do solo no município. Lembrou que o senhor Presidente da Câmara tem à sua disposição um órgão onde há pessoas que reflectem sobre os interesses do concelho. Mas o senhor Presidente da Câmara ou não sabe ou não quer escutá-las. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira reconheceu a existência de algumas situações a nível do programa informático, que não sabe o que se terá passado mas os totais estão correctos. Vai averiguar o que se passou. -----

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

-----O senhor Presidente da Câmara disse que após ter auscultado a HOSPIARTE acerca da preferência de localização, a Câmara, ponderando o interesse da empresa, se decidiu pelo terreno do Casal Rosário. A Câmara não pôs de parte a área de desenvolvimento de actividades económicas do Falcão e pretende exercer o levantamento cadastral dos proprietários dos terrenos da ZIO para desencadear contactos. -----

-----AUSÊNCIAS: Pelas 00.05 horas ausentou-se da sessão o senhor João Paulo Hermenegildo (PSD).-----

-----Colocada à votação a 1.º Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de investimentos, foi a mesma aprovada por maioria com 22 votos a favor (8 do PSD, 8 do BP, 5 do PS, 1 do CDS/PP) e 2 abstenções (2 da CDU).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

-----**COMISSÃO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** Foi presente a seguinte proposta subscrita pelos líderes dos cinco grupos municipais: “Considerando que o trabalho desenvolvido pela Comissão Municipal para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência - 2003, trouxe horizontes novos em relação ao conhecimento positivo da temática da deficiência por parte da comunidade bombarralense; Considerando que as tarefas levadas a cabo se desenvolveram junto e com os munícipes nelas interessados, na interpretação do verdadeiro papel que aos eleitos compete na sua ligação com os cidadãos que os elegeram; Considerando ainda as expectativas que os munícipes portadores de deficiência e as suas famílias criaram no prosseguimento do trabalho produzido; Os Grupos Parlamentares abaixo assinados apresentam à Assembleia Municipal a seguinte PROPOSTA: Criação da COMISSÃO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - C.M.I.P .D. Que a sua composição seja conforme com o Regimento desta Assembleia e nela se integrem os cinco Presidentes das Juntas de Freguesia. Esta Comissão deve orientar os seus objectivos: - Para todas as acções que visualizem a pessoa portadora de deficiência como um elo na construção da sociedade nova, pugnando pela sua participação efectiva ao nível social, laboral e político. Para o acompanhamento e fiscalização da actividade dependente do pelouro do urbanismo, a nível do planeamento dos espaços e equipamentos públicos e particulares; para a salvaguarda de que na revisão do PDM sejam estabelecidas todas as prioridades no planeamento e melhoramento das acessibilidades.” -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse que a CDU está de acordo com a criação desta comissão mas quer focar alguns aspectos importantes. Considerando todos os alertas constantes da Carta Branca dos Munícipes Bombarralenses Portadores de Deficiência e todo o debate da assembleia temática e as expectativas criadas, gostava que a Câmara Municipal através dos seus serviços técnicos, calendarizasse um rampeamento por mês. Inclui nesta sensibilização um olhar sobre as aldeias e as freguesias do concelho.-----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) informou que chegou hoje aos líderes dos grupos municipais o relatório da Comissão para a Comemoração do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência. A proposta hoje à consideração emerge deste trabalho de um

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

ano, em que todos puderam ver este segmento da vida social de forma diferente. É importante que o trabalho continue. Era interessante que a Câmara disponibilizasse a sua capacidade fiscalizadora a nível de obras, porque é importante que o concelho esteja preparado para todos. -----

-----PRESENÇAS: Pelas 00.15 horas regressou à sessão o senhor João Paulo Hermenegildo (PSD). -----

-----Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta supra transcrita. -----

-----**ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA:** Foi deliberado por unanimidade reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre a seguinte proposta:-----

-----“No seguimento do compromisso assumido com as cinco Juntas de Freguesia do Concelho, a Câmara Municipal de Bombarral deliberou em sua reunião de 19.04.2004 submeter à apreciação da Assembleia Municipal, a seguinte alteração ao protocolo de delegação de competências oportunamente aprovado: “(...) b) Que, pela delegação supra referida seja atribuído o valor de € 152.596 a distribuir pelas Juntas de Freguesia, pela forma seguinte: - Junta de Freguesia de Bombarral – € 46.850,71; Junta de Freguesia de Carvalhal – € 37.923,48; Junta de Freguesia de Pó – € 16.703,06; Junta de Freguesia de Roliça – € 31.968,07; Junta de Freguesia de Vale Covo – € 19.150,69.” -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo realçou o seu apreço para com o vereador que em boa hora soube compreender as Juntas de Freguesia para poderem melhorar as suas verbas. Foi dos mais contestatários em relação à verba que estava a ser distribuída para 2004. Em boa hora o vereador João Carlos Duarte compreendeu o apelo e teve a coragem de apresentar as suas reivindicações.-----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse que o PS também se congratula com este reforço de verbas para as Juntas de Freguesia. Sabem quanto é difícil trabalhar com pouco. A descentralização começa em casa. Isto é um pequeno passo no que esperam venha a ser um grande passo. As Juntas de Freguesia merecem todo o respeito. No concelho do Bombarral apenas 0,6% do orçamento é para as Juntas. No total do executado a Câmara Municipal da Lourinhã dá 19.4% às Juntas de Freguesia. Isto sem contabilizar protocolos, as duas carrinhas que cada freguesia tem e as obras de beneficiação directa. Este é um exemplo que gostava de ver o Bombarral seguir. ----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que gostava de saber qual a comparação com o orçamento da Lourinhã. -----

-----O senhor vice-presidente da Câmara disse que ao longo dos últimos dois anos tem sido política da Câmara actualizar as verbas para as Juntas de Freguesia. Tem consciência que é possível fazer mais e o caminho deve prosseguir neste sentido – transferir competências, celebrar protocolos e transferir verbas. As Juntas de Freguesia têm uma eficácia superior às Câmaras. Quanto à comparação com a Lourinhã, considerou tratar-se de um caso extremo. A Lourinhã transfere verbas para algumas obras porque é uma forma de fugir ao visto do Tribunal de Contas e fazer obras sem concurso. Nos próximos 2 / 3 anos será necessário fazer uma verdadeira

## ACTA N.º 06/2004 – Reunião de 30 de Abril de 2004

actualização das verbas, porque neste momento, com as competências que têm, as verbas são poucas. -----

-----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra transcrita. -----

-----**APLICAÇÃO DE RESULTADOS:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a Câmara aprovou os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados. A Assembleia Municipal reprovou as contas mas o saldo continua a existir e tem de se lhe dar um destino. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse que esta Assembleia apreciou não favoravelmente as contas sem que isso tenha na prática qualquer consequência. Questionou qual a consequência em termos de aplicação dos resultados e quais as consequências práticas se for reprovada a proposta da Câmara. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que o pedido de aplicação de resultados vem no relatório de gestão. Se as contas são reprovadas os resultados são transferidos para o ano seguinte em resultados transitados. Questionou o que sustenta em termos de legislação esta situação. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia considerou que de facto existe uma contradição porque a Lei 169/99 não diz que a aplicação de resultados tem de ser aprovada, mas o Decreto-lei do POCAL diz que sim. -----

-----A senhora Chefe de Divisão Financeira disse que o saldo orçamental já foi aprovado na Câmara Municipal, a questão que se coloca é a distribuição dos resultados líquidos. Estes resultados podem ficar em transitado e não se constituem reservas legais. -----

-----Foi deliberado por maioria com 23 votos a favor (9 do PSD, 8 do BP, 4 do PS, 1 do CDS/PP) e 2 abstenções (2 da CDU) reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre este assunto. -----

-----Colocada à votação foi reprovada a proposta de aplicação de resultados com 9 votos a favor (9 do PSD), 3 abstenções (1 do CDS/PP e 2 da CDU) e 13 votos contra (8 do BP e 5 do PS). -----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 01.00 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: